

HABEAS CORPUS Nº 566.100 - SP (2020/0063248-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : RODRIGO RIBEIRO FIRMINO
ADVOGADO : RODRIGO RIBEIRO FIRMINO - SP391167
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUIZ GUSTAVO ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ GUSTAVO ALVES, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante e teve a prisão convertida em preventiva pela suposta prática do crime previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, que denegou a ordem em acórdão que restou assim ementado:

"Habeas corpus" hostilizando a prisão preventiva. I. Circunstâncias concretas a justificar a prisão preventiva para garantia da ordem pública. 2. Decisão fundamentada. Ordem denegada" (fl. 29).

Daí o presente habeas corpus, no qual alega o impetrante a existência de constrangimento ilegal, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea para a sua segregação cautelar, sustentando, ainda, que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Sustenta, ainda, que não estão presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva.

Pleiteia a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

Liminar indeferida às fls. 40-42.

Superior Tribunal de Justiça

Informações prestadas às fls. 46-51.

O d. Ministério Público Federal manifestou, às fls. 61-63, pela **denegação da ordem**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"Habeas Corpus substitutivo de recurso próprio. Impossibilidade. Ausência de ilegalidade flagrante a justificar a concessão da ordem de ofício. Tráfico de drogas. Prisão preventiva. Natureza e quantidade dos entorpecentes apreendidos. Fundamentação idônea.

Parecer pelo não conhecimento do writ e, caso ultrapassada a preliminar, pela denegação da ordem" (fl. 61).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de origem (www.tjsp.jus.br), constata-se que foi revogada a prisão preventiva do paciente pelo Juízo de origem, processo n. 1510765-30.2019.8.26.0344, em 27/03/2020.

Houve o cumprimento do alvará de soltura no dia 31/03/2020.

Nesse contexto, verifico que o presente **writ** perdeu o objeto, uma vez que já atendida a pretensão nele requerida.

Ante o exposto, **julgo o presente habeas corpus prejudicado.**

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator